



Comentários à proposta de Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Eléctrica

Aníbal Traça de Almeida
Pedro Soares Moura
Dep. Engenharia Electrotécnica
Universidade de Coimbra

A procura de electricidade em Portugal tem crescido com uma taxa elevada (cerca de 5% nos últimos anos) apesar da estagnação económica e do desaparecimento de centenas de milhares de empregos. Esta evolução acentua ainda mais a já de si elevada intensidade energética, tornando prioritária a promoção de acções de utilização racional de energia, com todos os benefícios daí decorrentes.

A proposta do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo é claramente uma iniciativa positiva e numa forma geral bem estruturada, nomeadamente nos seguintes aspectos:

- Parece-nos positiva a abertura a vários agentes da possibilidade da realização de acções de Gestão da Procura, o que vai possibilitar o aparecimento de uma maior diversidade de opções.
- É considerada a possibilidade de submeter propostas para acções tangíveis e para acções intangíveis.
- Existe a preocupação na avaliação objectiva das acções e é proposta uma metodologia detalhada para análise das acções propostas. Existem nalguns aspectos considerações de realçar (taxa desconto de 5%, semelhante às acções de expansão da oferta, e nos critérios de estimação das poupanças dos equipamentos).
- A consideração de uma taxa de 10% para “Custos de Transacção”, é pertinente, embora numa primeira fase, para alguns tipos de acções mais específicas, pudesse ser maior (15-20%) para ter em conta todas as actividades de

preparação dos agentes envolvidos, com reduzida experiência neste tipo de acções.

No entanto o potencial impacto da proposta é fortemente condicionado em várias vertentes:

A - Metas propostas desajustadas das necessidades

Os valores indicados associados aos montantes a envolver nas acções a desenvolver em 2007 e 2008, 10 M Euros por ano, são claramente insuficientes para atingir vários objectivos de política energética e ambiental:

- Portugal encontra-se em linha de claro não cumprimento por larga margem das metas acordadas no seio da EU para o cumprimento do Protocolo de Kyoto, com as possíveis consequências gravosas. As taxas de crescimento do consumo de electricidade nos últimos três anos são francamente superiores aos cenários mencionados no PNAC. Nestas condições o objectivo de redução do consumo apontado no PNAC não é ambicioso, e as verbas afectas ao presente plano são apenas 26% das necessárias para cumprir a meta do PNAC.
- Os objectivos mínimos da proposta de Directiva de Serviços de Energia (reduções anuais entre 1 e 1.5% do consumo), cuja aprovação se prevê a muito breve prazo, apontam também para níveis de esforço muito superiores.
- Vários países europeus, com menor intensidade energética do que Portugal, têm em curso programas ambiciosos de gestão da procura. A Itália, país pioneiro na criação de certificados brancos, quer em 2008 ter um mercado de 3 MTEPs, com um valor de 300 milhões de Euros. A França aponta para valores 15-20 TWh por ano.

B – Falta de equidade nas avaliação das acções de gestão da procura face à produção renovável

A Gestão da Procura conduz em média a uma redução das facturas de electricidade dos consumidores, para além de uma redução dos consumos de energia primária e de uma redução das emissões. No entanto, na proposta verificam-se as seguintes limitações:

- A consideração das externalidades ambientais é positiva, mas o critério de avaliação cria uma muito forte discriminação negativa face às energias renováveis (DL-33A/2005 - eólica, solar-fotovoltaica e outras). Adicionalmente, as fontes intermitentes exigem fortes investimentos em centrais de reserva, cujo funcionamento pode ter níveis de emissões elevados. Mesmo a bombagem hídrica leva ao desperdício de cerca de 25% da energia inicialmente produzida.
- Parece haver uma grande preocupação com o potencial impacto na tarifa de UGS. No entanto pergunta-se se com a evolução previsível dos custos da PRE (cerca de 400-500 M Euros em 2010), não faria sentido minimizar o forte impacto nas tarifas da PRE, através de uma maior aposta nas acções de gestão da procura. Os custos da energia poupada com as acções do Plano de Gestão da Procura de 2003 e 2004 são de cerca de 1,2 EuroCent/kWh. Mesmo com a eventual adição de incentivos ao distribuidor (PGP 2002-2004), estes custos são muito inferiores aos da PRE (6 vezes maiores para a eólica e 25 vezes maiores para a fotovoltaica, sem contar com os custos da capacidade de reserva e de serviços de sistema, para compensar a intermitência). Estamos a falar de potenciais impactos muito gravosos para os consumidores, particularmente se forem apenas os consumidores de baixa tensão a pagar esse sobrecusto.

C - Partilha de Benefícios e Incentivos

A experiência de outros países (EUA, Itália e UK), mostra que a criação de mecanismos de mercado com partilha de benefícios é essencial para criar acções de gestão da procura de grande dimensão. Estes mecanismos podem assumir formas variadas, mas na generalidade dos casos estão associados aos nível de desempenho (por exemplo “shared savings”, “golden carrot”, certificados brancos, etc.).

- Na proposta apresentada, a possibilidade de recuperação dos custos das acções parece claramente insuficiente para motivar os potenciais agentes a implementarem programas ambiciosos de gestão da procura. Parece também nesta vertente existir uma discriminação face à expansão da oferta renovável, em que

foram dados generosos incentivos aos promotores com resultados muito positivos nas propostas de oferta apresentadas.

- Deverão ser propostos incentivos apropriados que sejam motivadores, com um nível baseado na experiência de outros países. Um possível mecanismo de mercado, para além dos mecanismos já anunciados, poderia ser um leilão competitivo (“competitive resource bidding”) para as actividades a desenvolver em cada ano, que poderia ser ajustado aos objectivos de política energética.

Universidade de Coimbra, 7 de Abril de 2006